

GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO, CONFLITO SÓCIO-AMBIENTAL, RESERVA EXTRATIVISTA E O POVOADO DO TAIM¹

INTRODUÇÃO

O povoado do Taim localiza-se na zona rural do município de São Luís, na Ilha do Maranhão. Desde o final da década de 1970, instalaram-se em suas proximidades grandes projetos de desenvolvimento econômico, que são desdobramentos do Projeto Grande Carajás, implantado pelos governos ditatoriais brasileiros (1964 a 1985) com o objetivo de explorar, industrializar e/ou exportar os recursos minerais (ferro, bauxita, manganês, caulim, ouro etc) da Amazônia Oriental e promover a inserção da região na dinâmica capitalista moderna (CARNEIRO, 1989, 1995 e 1997; MONTEIRO, 1995 e 1997).

Para garantir a exploração do minério retirado do sudeste do Pará, foi construída uma ampla rede de infra-estrutura cujos principais elementos são: o Complexo Portuário de São Luís (também chamado, por generalização, de Complexo Portuário do Itaqui e forma-

HORÁCIO A. DE SANT'ANA JÚNIOR*
SISLENE COSTA DA SILVA**

RESUMO

Tendo como campo empírico o povoado do Taim, município de São Luís, na Ilha do Maranhão, os autores analisam o conflito que se processa entre os habitantes locais e a administração de grandes "projetos de desenvolvimento" instalados na área desde o final da década de 1970, como desdobramento do Projeto Grande Carajás. No centro de tal conflito está a luta pela posse e controle de territórios. Liderados pela União de Moradores do Taim, desde 1996, vários povoados reivindicam a instalação de uma Reserva Extrativista. Fundamentando esta reivindicação, os moradores destacam a existência de um modo de vida ancestralmente construído, com baixos índices de agressão ao meio e que permite configurar a região como sendo um território ocupado por populações tradicionais.

ABSTRACT

Choosing as empirical field the village of Taim, in the city of São Luís, in the island of Maranhão, the authors analyse the conflict between the local inhabitants and the administrators of large "development projects" established in the area since the end the 1970's, as by products of the "Grande Carajás" project. At the center of such conflict lies the fight for the possession and control of territories. Led by "União de Moradores de Taim", starting in 1996 various settlements have demanded the creation of an extractive reserve. As a basis for this demand, the residents stress the existence of a way of living which has been ancestrally built, with low levels of environmental aggression and roots on traditional populations.

* Doutor em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

** Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

do por: Porto do Itaqui, administrado pelo Governo do Estado do Maranhão; Porto da Ponta da Madeira, de propriedade da Vale²; e Porto da Alumar, de propriedade do Consórcio Alumínio do Maranhão – Alumar); ampla rede de estradas de rodagem; estrada de ferro Carajás (liga as minas, no município de Parauapebas-PA, ao Complexo Portuário de São Luís-MA e é de propriedade da Vale); hidrelétrica de Tucuruí, que fornece energia elétrica para todo o sistema minero-industrial constituído em torno do grande potencial de produção de minérios da região.

O povoado do Taim fica nas imediações do Complexo Portuário do Itaqui, da Estação de Passageiros da Estrada de Ferro Carajás em São Luís e de duas grandes áreas industriais que foram implantadas no início dos anos 1980: o Consórcio Alumínio do Maranhão, subsidiário da Alcoa e detentor de um grande parque

industrial para produção de alumínio e alumina³; e a Vale, que além do porto da Ponta da Madeira e da estrada de ferro, detém, na área, uma fábrica de ferro gusa e instalações administrativas. Somando-se a estes dois empreendimentos, nos últimos anos, várias outras indústrias de menor porte passaram a se localizar nas proximidades.

Desde o final da década de 1970, a chegada dos equipamentos de infra-estrutura e das grandes indústrias minerais na Ilha do Maranhão implicou o deslocamento compulsório⁴ de povoados rurais; fortes impactos ambientais; alterações no modo de vida dos moradores e ameaças constantes de novos deslocamentos. Como reação aos deslocamentos e às profundas mudanças no modo de vida dos povoados que permaneceram na zona rural de São Luís, constituiu-se um conflito permanente, com momentos de maior ou menor intensidade, em torno da posse e controle de territórios.

Lideradas pela União de Moradores do Taim, desde 1996, várias Uniões e Associações dos povoados vizinhos, através de abaixo assinado dirigido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), reivindicam instalação de uma Reserva Extrativista, que é uma modalidade de unidade de conservação ambiental, prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985/2000, e que contempla a presença humana e suas atividades produtivas, desde que realizadas de forma sustentável. Fundamentando esta reivindicação, os moradores destacam a existência de um modo de vida ancestralmente construído, com baixos índices de agressão ao meio e que permite configurar a região como sendo um território ocupado por populações tradicionais, com formas de utilização e apropriação de espaços e recursos naturais envolvendo conheci-

mentos tradicionais, relações de reciprocidade e de parentesco.

No povoado do Taim e nos povoados vizinhos constituiu-se um modo de vida caracterizado por um grande conhecimento e proximidade com a natureza. Isso não quer dizer que não sejam realizadas práticas prejudiciais ao meio ambiente; afinal, são pessoas que sofrem pressões sociais e têm necessidades financeiras como quaisquer outras, apesar de suas especificidades; porém, é importante destacar que parece haver uma preocupação e, até mesmo comedido, no uso dos recursos naturais. Muitas famílias têm na pesca, extração de mariscos, lavoura ou coleta de cocos e frutas um complemento na alimentação ou a fonte principal desta. A extração de recursos naturais também ajuda na geração de renda, embora esta não seja o seu principal objetivo.

A utilização e apropriação dos recursos envolvem dinâmicas marcadas por conhecimentos tradicionais que consideram os sinais da natureza, como a influência da lua nas marés, nas lavouras, nos recursos usados na construção das casas; por relações de reciprocidade que ligam povoados e envolvem a troca de alimentos e de serviços; e por relações de parentesco, determinantes no acesso à terra.

1. ALGUNS ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SÓCIO-CULTURAIS DO TAIM

Localizado na porção Sudoeste da Ilha do Maranhão, nas margens da baía de São Marcos, o povoado do Taim dista 37 Km do centro da cidade de São Luís. Com uma área total de 86,73 hectares (ITERMA, 2002), o Taim apresenta uma variedade de ecossistemas que envolve mangue, brejo e capoeira, nos quais se encontram diversas espécies vegetais e animais, como: juçarais, buritizais, bacurizais,

cajueiros, muricizais, crustáceos, peixes, mamíferos aquáticos (peixe-boi marinho e o boto comum ou Tucuxi) etc (IBAMA, 2007). O rio que banha esse povoado chama-se Rio dos Cachorros e sofre forte influência do mar.

Quanto ao aspecto humano, o povoado tem em torno de 500 habitantes, com famílias descendentes de seus fundadores. De acordo com os moradores mais velhos, o primeiro momento do processo de ocupação do Taim é imemorial e estaria relacionado à presença de indígenas, de escravos africanos e, até, de ordens religiosas no território. Posteriormente, no final do século XIX, houve um novo povoamento com a vinda de famílias (os Moraes, os Cruz e os Ribeiro) do interior do Maranhão. A fixação no povoado foi motivada principalmente por sua riqueza em peixes e mariscos.

Especialmente, o povoado está organizado em quatro ruas: Rua Principal, Rua Vai-Quem-Quer, Rua Nova e Travessa da Rua Nova. Os moradores mais antigos, em sua maioria, residem na Rua Principal, na parte baixa do povoado, próximo ao porto. A organização dos imóveis residenciais obedece a uma localização que privilegia a proximidade de residências de pessoas da mesma família: irmãos(ãs), pais e filhos, de forma que há a formação de núcleos de casas pertencentes a um conjunto de irmãos(ãs) e/ou outros parentes.

2. CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, RECIPROCIDADE E RELAÇÕES DE PARENTESCO

2.1. A “ciência” da lua

A lua mexe com tudo (...) Todos os recursos naturais depende de você saber retirar da natureza (José Reinaldo Moraes).

Uma das questões que constantemente aparece em trabalhos que se propõem a analisar a relação homem/natureza nas populações tradicionais concerne aos conhecimentos, também ditos tradicionais, os quais têm contribuído há milênios para a conservação de ecossistemas, enquanto parte de costumes tribais e rurais (SACHS, 2000; SHIVA, 2000).

Mas, o que seriam conhecimentos tradicionais e como se produzem? Segundo Alonso (2005), são conjuntos complexos que se produzem de forma coletiva, cumulativa e em resposta a situações e motivos diferenciados, apóiam-se na tradição, na observação e na utilização dos processos e recursos biológicos. Mitos, rituais, narrações de caráter oral e práticas relacionadas a sistemas de ordem ambiental e de saúde seriam alguns dos meios pelos quais esses saberes se exprimem e se sistematizam. Castro complementa:

(...) ainda que não seja possível a diferentes grupos explicar uma série de fenômenos observados, as ações práticas respondem por um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações. São maneiras diversas de perceber no âmbito local, de representar e de agir sobre o território, concepções que subjazem às relações sociais (2000: 169).

São esses conhecimentos que indicam o tempo bom para plantar, colher, pescar; as técnicas que devem ser usadas no manejo dos recursos naturais; os sinais que devem ser observados para se ter uma boa pesca e/ou colheita. É baseado nas experiências dos “antigos” que seus descendentes sabem quais plantas domesticar, reconhecer as ervas que podem ser utilizadas para determinado mal-estar ou a qual

procedimento recorrer para resolver, por exemplo, o problema de uma lavoura que não se desenvolve. Enfim, é esse campo de saberes que explica como um grupo social pode apropriar-se dos recursos naturais e adaptá-los às suas necessidades, respeitando os limites da natureza.

Por serem considerados um legado das gerações passadas, os conhecimentos tradicionais são reconhecidos por diversos grupos como de propriedade e responsabilidade coletivas, sendo a relação entre ser humano e natureza fundamental para a conservação desta segunda, já que, na visão de alguns grupos, como os indígenas, a ordem do cosmo implicaria um bom relacionamento homem/natureza (ALONSO, 2005).

No Taim, conhecimentos tradicionais subjazem às práticas utilizadas no trato com a natureza. São empregados no dia-a-dia conhecimentos e técnicas de plantio, cultivo, pesca, extração vegetal e mineral que têm na observação da lua um dos sinais indicativos do momento ideal para plantar, pescar e extrair recursos vários da natureza.

Plantas como a erva-cidreira, o mastruz, o capim-limão, a Santa Quitéria e o urucum são utilizadas com fins medicinais. Rosana Mesquita, moradora do Taim, ressalta que seus filhos não gripam facilmente porque sempre tomam um lambedor de urucum com santa quitéria, feito por ela, e que é comum entre as mulheres do Taim, após darem à luz, fazer asseio com uma planta denominada Murtinha ou Murta-de-Parida. Essa planta também é utilizada para fazer vassouras para varrer os quintais, forrar presépios e enfeitar mastro nas festas de santo. As dúvidas sobre quais matos usar para aliviar o mal-estar manifestado são tiradas com os mais velhos ou com pessoas determinadas, reconhecidas como

conhecedoras das plantas (entrevista realizada em 25/01/2008).

Outro morador, José Reinaldo de Moraes, aponta a situação da lua como um indicador do momento de plantar: “não se planta milho com a lua de fora, se não o milho dá bicho e estraga”; de pescar: “a maré boa de peixe é de dois dias de quarto (...), para dar camarão de dia é quando é maré de lua cheia ou nova”; de extrair madeira e palha para cobrir as casas: “se tirar madeira para casa com lua de fora, a madeira racha e apodrece mais rápido (...), palha com lua de fora apodrece e dá muita lagarta” (entrevista realizada em 25/01/2008).

A expressão “lua de fora” indica a presença da lua no céu (firmamento). Segundo vários depoimentos, a lua cheia pode ter efeito devastador sobre plantas carregadas de frutas, pois, se não se colocar um prego em seu tronco, as frutas caem; mas pode também ter efeito positivo sobre mulheres de primeira gravidez: “mulher de primeira barriga abraça árvore em dia de lua cheia para segurar o filho” (entrevista realizada com Rosana Mesquita, em 25/01/200807).

O fato de levar em consideração as fases da lua no lidar com a natureza demonstra uma valorização desta, o que, na visão de Ulloa (*apud* ALONSO, 2005) seria um dos fundamentos dos conhecimentos tradicionais: a forma diversa de valorizar a natureza segundo as condições e situações que, com ela, os grupos interagem e através das formas que percebem, representam, usam e se inter-relacionam com as entidades não-humanas.

2.2. Formas de apropriação dos espaços e dos recursos naturais

Garret Hardin (1968), ao publicar o artigo cuja tradução é “A tragédia dos comuns”, causou polêmica por enfatizar que, se o acesso aos bens comuns

fosse livre aos vários usuários, isso geraria uma sobreexploração dos recursos naturais a ponto de sua destruição. Segundo o referido autor, somente o capital privado teria os meios de explorar a natureza de forma adequada.

Para autores como Diegues & Moreira (2001) e Acheson, Berkes, Feeny e Mc Cay (2001), alguns dos equívocos desse artigo encontram-se justamente na concepção de propriedade comum como de livre acesso. Hardin (1968) teria ignorado que “nos sistemas tradicionais de uso comunitário existem regras destinadas a evitar a utilização excessiva dos recursos naturais” (DIEGUES & MOREIRA, 2001). Também teria ignorado que, mediante a percepção de sistemas comunitários em via de desestruturação ou, até mesmo, desestruturados frente à expansão capitalista, os grupos são capazes de se reorganizar e recriar modos de vida e territórios de uso comum (DIEGUES, 2001).

No Taim, atualmente, o critério de acesso à terra restringiu-se ao parentesco. O direito a um pedaço de terra para cultivar e construir casa é reservado a quem é filho(a) de um morador já estabelecido ou a quem se casa com um(a) morador(a). Conforme esse critério, a pessoa continua tendo direito à terra se sair do povoado por motivo de trabalho e depois retornar; mas, se sair e constituir família fora, assim como construir casa em outro lugar perde esse direito. De acordo com Alberto Cantanhede, diretor de Meio Ambiente da União de Moradores do Taim, essa regra visa coibir a saída dos jovens da comunidade, ao mesmo tempo em que regula a densidade populacional. Assim, afirmou:

Uma forma de tanto furar a migração, que a migração não tem regra, ela não tem critérios, a maioria vai e não volta. Mas quando você tem essa preocupação: “se eu sair daqui

eu perco meu lugar”, claro, o cara já tá com 16, 17 anos, ele já vai começar a pensar nessas coisas, “se eu sair daqui e sumir eu vou perder o meu lugar de casa”. Então, já começa a pensar nessas coisas. Um outro aspecto é não deixar que a comunidade seja inchada de forma desorganizada... (entrevista realizada em 04/11/2007).

O critério supracitado foi definido em assembléia no dia 02 de outubro de 1997, quando os moradores do Taim receberam o título condominial da terra, fornecido pelo Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA, 2002), vinculado ao Governo Estadual. Todavia, antes dessa norma se basear apenas no parentesco, via relação filial ou matrimonial, havia outra regra que possibilitava a entrada de pessoas com outros graus de parentesco, ou até mesmo sem esse tipo de relação no povoado, mediante a avaliação de uma assembléia. A pessoa que desejava ter um pedaço de terra no povoado precisava associar-se à União de Moradores do Taim por, no mínimo um ano, e viver na casa de quem a trouxesse para o povoado por dois anos, como agregada. Nesse ínterim, era avaliada pelos outros moradores quanto ao seu caráter e quanto à adaptação ao modo de vida do grupo, ou seja, via-se se a pessoa não apresentava comportamento que, no entender do grupo, poderia distorcer seu modo de vida.

Entretanto, essa regra não deu muito certo, porque alguns acabaram, conforme Sr. Alberto, desvirtuando-a, ao trazerem para o grupo pessoas em excesso, muitas das quais possuidoras de casa em outra localidade e que saíam de seus lugares por motivos outros que não a falta de moradia. O objetivo de manter o povoado organizado, sem grande densidade demográfica ou com a presença de pessoas que pudessem desrespeitar as normas consuetudinárias

de convivência acabou abalado. Dessa forma, como já dissemos, desde 1997, para ter direito a um pedaço de terra no povoado somente sendo filho(a) de morador ou contraindo matrimônio com um “filho do Taim”. Além disso, aqueles que desejarem trazer parentes para morar no povoado, consoante a regra em vigor, terão que dividir seu terreno com os mesmos.

A emergência da institucionalização de regras para controlar a entrada de pessoas no grupo e o acesso à terra deve-se a conflito territorial, ocorrido nos anos 1980. Para ter acesso à terra e ser recebida no povoado, uma pessoa que costumava freqüentá-lo nos finais de semana fez amizade com os primos Cirilo e Balbino Moraes, descendentes dos fundadores do Taim e, por isso, muito respeitados localmente. Esse visitante reestruturou o time de futebol, que estava parado, e assim ganhou a confiança dos moradores. Com o tempo, pediu um pedaço de terra, alegando que era para construir uma casa para passar os finais de semana. Todavia, começou a roçar sua terra até atingir a marca de 17 hectares, fato que desagradou os demais moradores, dando início ao conflito.

Até a ocorrência desse conflito, segundo os moradores que o presenciaram, o manejo dos recursos naturais, a apropriação da terra e a realização de benfeitorias nas residências estavam condicionados à anuência dos mais velhos. Ou seja, mesmo antes da criação das regras estabelecidas pela União de Moradores, o acesso aos recursos naturais já era regulado por acordos tácitos, legitimados pelo consenso coletivo. O conflito surgiu no momento em que o grupo percebeu que o morador, cuja aceitação no povoado foi condicionada ao respeito às regras comunitárias, havia quebrado o acordo.

Esse conflito interferiu na forma de apropriação do espaço contíguo às residências. Antes dele, o ta-

manho do terreno a que cada morador tinha direito era determinado pela área cultivada ao redor da casa de cada unidade familiar. Ou seja, era pelo trabalho que cada família se apropriava da natureza e adquiria o direito⁵ à terra. Existiam, então, muitas casas abandonadas e uma grande mobilidade de pessoas dentro do Taim e entre este e Limoeiro, um povoado vizinho, por conta das relações de parentesco que havia (e ainda há) entre famílias nos dois povoados, as quais implicam que o morador de um mantenha roça e/ou pescaria no outro, muitas vezes na terra de um pai ou irmão. Até os anos 1980, não havia também preocupação com a legalização da terra perante o Estado.

Por causa do conflito, depois de inúmeras tentativas fracassadas de resolvê-lo internamente, os moradores pediram a legalização territorial junto ao Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), o que se realizou em 1997. Assim, as terras tiveram que ser demarcadas e criou-se um título condominial no nome das 57 famílias residentes no Taim, naquele período.

A obtenção do título determinou o tamanho da terra a que cada família tinha direito. Levou-se em consideração nessa demarcação o espaço cultivado junto às residências. As famílias que tinham cultivado uma área menor tiveram seu lote ampliado, para evitar eventuais disparidades no tamanho dos lotes.

Como já dissemos, o conflito citado levou à necessidade de institucionalizar algumas regras que, de certa forma existiam na prática, e modificou a maneira de apropriação da terra circundante das residências pelas famílias; ou seja, tal institucionalização definiu o tamanho do lote de cada morador. Entretanto, no que concerne aos demais espaços (mata, rio, igarapés, poços, brejos, etc), o que prevalece na

prática é a propriedade comum, comunal ou comunitária, definida por Diegues como:

(...) formas de apropriação comum de espaços e recursos naturais renováveis que se caracterizam pela utilização comunal (comum, comunitária) de determinados espaços e recursos por meio do extrativismo vegetal (cipós, fibras, ervas medicinais da floresta), do extrativismo animal (caça e pesca); e da pequena agricultura itinerante. Além dos espaços usados em comum, podem existir os que são apropriados pela família ou pelo indivíduo, como o espaço doméstico (casa, horta etc) que, geralmente, existem em comunidades com forte dependência do uso de recursos naturais renováveis que garantem sua subsistência, demograficamente pouco densas e com vinculações mais ou menos densa com o mercado. Esses arranjos são permeados por uma extensa teia de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intergrupar (2001: 66).

A forma de se apropriar dos espaços e dos recursos naturais no Taim guarda relação com a modalidade “propriedade comum”, descrita acima por Diegues. Assim, há os espaços usados em comum e seus respectivos recursos (roças comunitárias, brejos, mangues, mata, capoeiras, poços, rio etc) e os espaços de uso privado ou doméstico, como os quintais ou as roças familiares.

Os quintais são as áreas ao redor da casa, mais especificamente as que ficam atrás ou ao lado e que, geralmente, apresentam um banheiro (lugar onde se toma banho ou se lava roupa e sempre fica detrás da casa); uma sentina (também sempre atrás da casa); canteiros (horta suspensa ou no chão; geralmente cultivada pelas mulheres e contendo ervas medici-

nais ou hortaliças; quando feitos no chão, os canteiros são denominados de leiras); e árvores frutíferas como: juçara, mangueira, jaqueira, cajueiro, bananeira etc. No quintal, galinhas e patos são criados soltos e costumam circular entre os quintais vizinhos.

Os brejos são ecossistemas “freqüentemente formados por águas represadas, ocorrem atrás das margens dos rios, em áreas em que há depressão, sendo razoavelmente inundado” (IBAMA, 2007). Apresentam espécies como palmeiras de juçara e buriti, cujos frutos são consumidos pelos moradores. Nas águas represadas dos brejos é comum se desenvolverem camarões e peixes que são pescados, muitas vezes, com as mãos ou com utensílios como o puçá (espécie de rede com sustentação de madeira usada geralmente para pescar camarões). É comum que as mulheres se encontrem nos brejos para lavar roupas e dar banho nas crianças.

As roças muitas vezes são abertas nos quintais de algumas casas ou em áreas escolhidas na mata. São plantadas de: mandioca, milho e feijão (roça de inverno) ou somente mandioca (roça de verão). A força empregada no trabalho das roças é familiar e manual; mas, pode contar, ainda, com o reforço de vizinhos e compadres, através da “troca de diárias”, arranjo feito entre dois lavradores, ou entre um lavrador e vários outros, que entram em acordo quanto à troca de dias trabalhados.

A reciprocidade é um elemento que está presente no Taim não apenas nas relações de trabalho, mas em outras dimensões da vida: nas relações econômicas, religiosas, de direito, de sociabilidade e até nas relações com os povoados vizinhos. Cardoso & Tavares (2006) classificam a reciprocidade como um elemento indispensável para a manutenção da coesão social desses grupos e destacam a sua presença

no meio rural contemporâneo como criadora e dinamizadora de relações de sociabilidade e vínculo social.

É comum se realizarem mutirões para a construção de casas, nos quais o dono da casa retribui a ajuda com comida e bebida. Esses momentos, chamados de tapagem da casa, podem ser interpretados como verdadeiros ritos de acolhida de nova família no povoado. D. Rosana lembra que quando construíram sua casa foi um momento de muita alegria, que acabou com o “batizado”, quando sujam o dono da casa por inteiro, de lama, assim como aqueles que protestam contra a brincadeira (entrevista realizada em 04/11/2007).

A casa de farinha (barracão com equipamentos e espaços apropriados para o fabrico de farinha de mandioca) pertence a um dos moradores do povoado, mas seu uso é facultado a qualquer lavrador do Taim que queira fazer a sua farinha. Em troca, ele deixa um pouco do que produziu para o dono da mesma. Também fazem mutirões para plantar, colher e descascar a mandioca de uma roça familiar. Como retribuição, o dono da mandioca dá uma quantidade estipulada de farinha para as pessoas que o ajudaram.

Nas festas religiosas, a retirada do tronco para o mastro pode ser feita em um povoado vizinho, o que dá a este o direito de também retirar madeira no Taim. Alberto Catanhede se lembra das relações que mantinham com os povoados Pindotiuá, Carnaúba e Paquatuiá⁶:

(...) nós tínhamos uma relação com as comunidades de lá, que elas eram muito mais agricultoras do que nós daqui. Nós, desse lado, éramos muito mais pescadores... Mas, quando era tempo de fazer farinha eles não tinham tempo nem pra ir na beira do rio

pescar, então nós sortíamos eles de peixe e trazíamos farinha, trazíamos farinha pra cá (entrevista realizada em 24/03/2007⁷).

A troca de alimentos ainda é um costume dentro do povoado. E nem sempre um alimento é trocado por outro; também, pode ser trocado, por exemplo, por um utensílio de pesca.

As relações de entre-ajuda, voltadas para a supressão de carência de mão de obra para a lavoura, também ocorrem através da troca de diárias entre moradores de povoados próximos com os quais possuem, muitas vezes, relações de parentesco ou vizinhança. Certos povoados são acionados quando a quantidade de mudas ou sementes é insuficiente para a formação de roças. Esse tipo de relação de ajuda entre povoados reforça os laços de solidariedade e sociabilidade e aponta para relações entre grupos sociais que apresentam características de rede.

Além da pesca e da lavoura, duas outras atividades são realizadas para gerarem uma renda mais imediata: a extração de madeira, que é vendida, como lenha, para padarias na zona urbana, e a extração de pedras, que se intensificou com a diminuição do pescado, decorrente do impacto ambiental causado pelas indústrias instaladas nas proximidades. Entretanto, as lideranças locais demonstram não serem favoráveis a essas atividades, por considerá-las predadoras do meio ambiente e dizem que estão buscando meios de evitá-las através de projetos que gerem renda para os moradores. Há projeto de construção de uma escola voltada para o ofício da pesca para filhos de moradores locais e de povoados vizinhos. Também se encontra em fase inicial projeto para a produção de mel – projeto Abelhas Nativas –, desenvolvido em parceria com a Amavida (Associação maranhense para a conservação da natureza)

e Universidade Federal do Maranhão, com recursos da Alumar.

Simultaneamente a essas iniciativas através das quais pretendem garantir a sustentabilidade dos moradores, de forma que possam deixar de realizar as atividades consideradas prejudiciais ao meio ambiente, as lideranças incentivam outras formas de preservação do espaço em que vivem, como a proibição de retirar: madeira do mangue, percebido este como um ecossistema fundamental para o desenvolvimento de várias espécies de peixes; e madeira de uma área de mata, reconhecida por eles como bastante degradada, ao que atribuem o aumento da temperatura na área; e, ainda, de cortar árvores localizadas nas proximidades de brejos e poços.

3. O CONFLITO SÓCIO-AMBIENTAL

O povoado do Taim está localizado em uma área bastante cobiçada para a implantação de projetos urbano-industriais, devido à proximidade com o Complexo Portuário de São Luís e com o terminal da estrada de ferro Carajás, que permite o transporte de minérios e produtos industriais e agropecuários; é fator de cobiça também a proximidade da BR 135, que liga a Ilha do Maranhão às outras regiões do país, constituindo-se em um dos principais corredores de exportação do Brasil. Essa localização pode diminuir os gastos com transporte para as indústrias instaladas na área, tanto com relação ao acesso à matéria-prima, quanto no que concerne à exportação de seus produtos. Isto leva a que empreendedores industriais e planejadores governamentais percebam a área como um espaço que pode ser facilmente transformado, desconsiderando as relações territoriais ali construídas pelos habitantes dos vários povoados que a compõem.

Desde 1996, as lideranças dos povoados locais vêm discutindo maneiras de frear o avanço industrial, de modo que não tenham que sair do território no qual edificaram todo um modo de vida e que representam como pleno de relações sociais, com história e perspectivas de futuro, no qual foram construídas relações produtivas que, em grande medida, respeitam a capacidade de recomposição do ambiente. No entanto, nas últimas décadas, os projetos industriais nas proximidades e a presença de portos com intensa movimentação de navios têm provocado a diminuição de recursos naturais que tradicionalmente serviram de sustentação ao modo de vida construído. A redução das áreas agricultáveis, do pescado e de outros produtos extrativistas, bem como o aumento da densidade demográfica resultante dos deslocamentos de povoados para instalação de fábricas e de infra-estrutura levam ao comprometimento das práticas tradicionais de produção, pois estas não garantem mais a manutenção do modo de vida. Com isto, as atividades produtivas tendem a assumir um caráter de sobreexploração dos recursos existentes e a incorporar práticas não condizentes com a conservação ambiental como, por exemplo, a extração de pedras e de madeira em escala ampliada.

Diante desses problemas, percebendo seu território cada vez mais ameaçado de expropriação, as lideranças locais, depois de diversas reuniões, assessoradas por agentes e movimentos sociais, chegaram à conclusão de que a transformação da área em que vivem em reserva extrativista seria a única maneira de permanecerem no local. Segundo Alberto Cantanhede (GASPAR, 2007), a proposta de criação de uma Reserva Extrativista está relacionada à tentativa de neutralizar os impactos que projetos industriais localizados contíguos à área pretendida

(para a Reserva) vêm provocando nos ecossistemas e nos modos de vida locais. No Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Reservas Extrativistas são classificadas como Unidades de Conservação de Uso Sustentável e visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos. Por isso, em agosto de 2003, através da União de moradores do Taim, foi feito o pedido oficial de criação de uma unidade de conservação de uso sustentável, abrangendo os povoados Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim; parte da Vila Maranhão e a Ilha de Tauá-Mirim, na qual se localizam os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho e Tauá-Mirim. Todos os procedimentos necessários para o pedido de criação da reserva já foram realizados e, atualmente, o processo está em tramitação no Ministério do Meio Ambiente.

Apesar de quase dois séculos de ocupação da área e de utilização dos recursos naturais, a área mencionada para a implantação da reserva ainda pode ser considerada, segundo o IBAMA (2007), como reduto de conservação de ecossistemas. Como vimos, os moradores continuam fazendo uso dos recursos da natureza e de práticas e conhecimentos construídos ancestralmente. Esta situação remete a uma das questões mais polêmicas quando se analisam populações tradicionais: a essencialização do relacionamento dessas populações com o meio ambiente (ALMEIDA e CUNHA, 2001).

Ao examinarem essa questão, Almeida e Cunha (2001) analisam três situações que podem estar relacionadas a práticas e/ou ideologias ambientais, uma vez que acreditam não haver grupos essencialmente conservacionistas: existem grupos sociais que têm a ideologia, mas não a prática; outros têm tanto a ideologia quanto a prática e há ainda aqueles que possuem as práticas sem a ideologia.

Os estudos aqui apresentados remetem a um grupo que faz uso comedido dos recursos naturais. Segundo Alberto Cantanhede, embora não realizassem uma discussão consciente sobre o assunto, sempre fez parte do cotidiano deles o cuidado com os recursos. Mesmo nas décadas de 1960/70, em que mantinham uma relação mais intensa com o mercado através da venda de frutas e carvão para abastecer a área urbana, tinham o cuidado de manejar a terra de forma que não a desgastasse e a produção de carvão estava relacionada diretamente com o desmatamento controlado, necessário para fazer as roças. Nas palavras do entrevistado,

(...) o carvão, numa roça, a gente fazia ela, trabalhava durante dois anos, depois abandonava ela por dez anos e a floresta tava praticamente do mesmo tamanho, tava recuperada, e aí se trabalhava na outra área; então você tinha sempre áreas para fazer roças em condições melhores (entrevista realizada em 04/11/2007).

Entretanto, ele ressalta que as condições de sobrevivência eram outras, assim como as necessidades: “não se tinha televisão para comprar, não se tinha essas coisas. A demanda pra sobrevivência era mínima, você comprava café, açúcar que a gente não produzia, o resto tinha aqui: arroz, feijão, farinha, milho...” (entrevista realizada em 04/11/2007). Então, a mudança das condições e necessidades de sobrevivência leva, também, a uma mudança na forma de manejo dos recursos naturais.

Conceição e Maneschy (2002, p. 159) classificam como complicada a situação de populações que tentam usar parcimoniosamente a natureza e manter, assim, sua sobrevivência em condições dignas. Falam em um “delicado equilíbrio, muitas vezes rompido, em que as necessidades imediatas de sobrevivência podem induzir a práticas predatórias”.

Atualmente, as condições de manutenção do grupo são outras. Até a década de 1980, somente havia vinte e cinco famílias no povoado, dispendo, cada família, de uma área maior para plantar. Não havia, então, nos arredores do povoado, indústrias altamente poluidoras, como a Alumar e a Vale. Isso para citar algumas das preocupações mais recentes dos moradores locais.

Entretanto, apesar desse quadro ou, talvez, por causa dele, o que se apresenta é um grupo social que está buscando alternativas para sobreviver sem ter que recorrer à superexploração da natureza; que está se unindo a outros que enfrentam a mesma situação; que está discutindo sobre meio ambiente e técnicas de cultivo e pesca; que está chamando a atenção das autoridades para a poluição do rio, dos igarapés, e que está disposto a rever práticas consideradas predatórias. Principalmente, o que se vê são pessoas que querem permanecer em um território cujo modo de vida foi construído ancestralmente.

NOTAS

- 1 Versão preliminar deste artigo foi apresentada durante o X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado na Universidade do Minho, em Braga-Portugal, de 4 a 7 de fevereiro de 2009. Apresentam-se, aqui, resultados da dissertação de Mestrado “Filhos do Taim: estratégias para defesa e uso de um território” (SILVA, 2009) e da pesquisa “Modernidade, desenvolvimento e conseqüências sócio-ambientais: a implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís-MA”, que contou com apoio financeiro do CNPq (Edital MCT/CNPq 61/2005 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas).
- 2 Até 1997, a Vale era conhecida como Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e, desde então, assumiu o nome fantasia Vale.
- 3 Esta indústria foi instalada numa área de 100km², o que corresponde a 52,63% da área destinada ao Distrito Industrial e 12,07% da área total do município de São Luís (MATOS, 2007, p. 39).

- 4 Almeida (1996, p. 30) define deslocamento compulsório como sendo “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”.
- 5 Sobre esta forma de apropriação, ver Paula Andrade (1999).
- 6 Povoados cujos moradores, no final da década de 1970, foram deslocados para a implantação da Alumar.
- 7 Realizada e gentilmente cedida por Ane Caroline Pires Miranda, Maiãna Roque da Silva Maia e Rafael Bezerra Gaspar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHESON, J. M. & BERKES, F. & FEENY, D. & MC CAY, B. J. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C. & MOREIRA, A. C. C. (org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP, 2001, p. 17-42.
- ALONSO, M. F. Proteção do conhecimento tradicional? In: SANTOS, B. S. (org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 287-316.
- ALMEIDA, M. W. B. e CUNHA, M. C. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. (Org.). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliações e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001, p. 92-107.
- CARDOSO, D. e TAVARES, F. B. Reciprocidade e uso comum dos recursos naturais em comunidades rurais. 2006. [http:// anppas.org.br](http://anppas.org.br) (Consultado na Internet, em 10 de fevereiro de 2008).
- CARNEIRO, M. D. S. Estado e empreendimentos guseiros no programa Grande Carajás. In: CASTRO

- E. & MARIN, R. A. (orgs.). *Amazônias em tempo de transição*. Belém: UFPA/NAEA/ARNI/CELA, 1989, p. 151-192.
- CARNEIRO, M. D. S. Relações de trabalho, propriedade da terra e poluição urbana nas atividades de carvoejamento para a produção de ferro-gusa em Açailândia. In: GONÇALVES, F. (org.). *Carajás: desenvolvimento ou destruição?* São Luís: CPT/Estação Gráfica, 1995, p. 107-134.
- CARNEIRO, M. D. S. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. In: COELHO, M. C. N. & COTA, R. G. (orgs.). *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, 1997, p. 223-250.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade, e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (org.). *Etnocoservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC, 2000, p.165-182.
- CONCEIÇÃO, M. F. & MANESCHY, M. C. Tradição e mudança em meio às populações tradicionais na Amazônia brasileira. In: COSTA, M. J. J. (org.). *Caminhos sociológicos na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2002, p. 147-172.
- DIEGUES, A. C. & MOREIRA, A. C. C. (org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP, 2001.
- DIEGUES, A. C. Repensando e recriando formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. & MOREIRA, A. C. C. (org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP, 2001, p. 97-124.
- GASPAR, Rafael Bezerra. *O Taim e a criação da reserva extrativista: um estudo sobre as relações entre sociedade e ambiente*. São Luís: Curso de Ciências Sociais/UFMA, 2007. Monografia.
- HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. In: *Science*, 162(1968), p. 1243-1248.
- IBAMA. *Laudo sócio-econômico e biológico para a criação da reserva extrativista do Taim*. São Luís: CNPT/IBAMA-MA, 2007. Mimeo.
- ITERMA. *Plano de desenvolvimento do assentamento (PDA) Taim*. São Luís: ITERMA 2002.
- MATOS, Márcio de Jesus Azevedo de. *O pólo siderúrgico de São Luís e o modelo de desenvolvimento aplicado ao Maranhão*. São Luís: Curso de Ciências Sociais/UFMA, 2007. Monografia.
- MONTEIRO, M. Sidero-metalurgia e carvoejamento na Amazônia Oriental brasileira. In: XIMENES, T. (org.). *Cenários da industrialização na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/UFPA/NAEA, 1995, p. 49-104.
- MONTEIRO, M. A siderurgia e a produção de carvão vegetal no corredor da estrada de ferro Carajás. In: COELHO, M. C. N. & COTA, R. G. (org.). *10 anos da estrada de ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, 1997, p. 183-222.
- PAULA ANDRADE, M. *Terra de Índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum*. São Luís: UFMA, 1999.
- SACHS, W. Meio ambiente. In: SACHS, W (editor). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Trad. JOSCELYNE, Vera Lúcia M. Petrópolis: Vozes. 2000, p. 117-131.
- SHIVA, V. Recursos naturais. In SACHS, W. (editor). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Trad. JOSCELYNE, Vera Lúcia M. Petrópolis: Vozes. 2000, p. 300-316.
- SILVA, Sislene Costa da. *Filhos do Taim: estratégias para defesa e uso de um território*. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFMA, 2009. Dissertação de Mestrado.